

Conferência sobre governança da internet deve receber 150 países



O Governo brasileiro espera receber delegações de aproximadamente **150 países** para participar da Conferência Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet, que acontecerá entre 23 e 24 de abril, em São Paulo. Durante os dois dias de atividades, cerca de mil pessoas deverão passar pelo evento.

Cada país deverá trazer até seis participantes, sendo dois representantes de governo, dois do setor privado e dois da sociedade civil organizada. “Essa composição múltipla irá discutir como cada país vê os processos de governança da internet”, informou o secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Virgílio Almeida, coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil e da conferência.

A proposta do encontro é reunir diversos setores da sociedade para construir um **modelo global de governança** para a rede mundial de computadores, já que ela não possui uma “autoridade central”. “O objetivo é discutir quais são os princípios e os fundamentos que devem fazer parte da governança mundial da internet”, acrescenta o secretário.

Segundo ele, pelo fato de a **internet** não ser uma construção exclusiva dos governos, o caráter multissetorial da conferência é fundamental. “A evolução da internet se deve à contribuição da sociedade, com o desenvolvimento, por exemplo, do software livre e a colocação de conteúdos e desenvolvimento tecnológico. É uma construção coletiva, que envolve governos, setor privado, sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs) e o setor acadêmico, e todos esses setores devem estar representados nessa conferência”.

O principal desafio, aponta o secretário, é construir a conferência no modelo em que “todos participam e o governo não tem a maioria das decisões”. “O desafio é encerrar a conferência com um documento que seja representativo dos diversos setores globais. O encontro fortalecerá esse modelo multissetorial e o Brasil vai ser visto como modelo”.

A realização da conferência no Brasil foi impulsionada pelo pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro passado, quando lembrou a importância da discussão global a partir de questões relacionadas ao direito à privacidade, ao respeito aos dados da vida privada e da comunicação. “A presidenta trouxe a necessidade de se pensar um modelo global de governança da internet”.

TI NO BRASIL

De acordo com Virgílio, o **setor de tecnologia da informação** (TI) no País corresponde a aproximadamente 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB). “É quase o tamanho da indústria

automobilística e é, ao mesmo tempo, o setor que leva inovação aos demais segmentos da economia e da sociedade”.

Ele acrescentou que o **Brasil é hoje o segundo País em número de usuários do Facebook** e encontra-se entre os quatro países de maior faturamento do Google. “A sociedade brasileira gosta e adota as tecnologias rapidamente, como smartphone, tablet, carro com computador”, disse. Para garantir a qualidade e a segurança desses serviços “é preciso que os países definam os princípios e as resoluções básicas que vão caracterizar essa infraestrutura”.

DESAFIOS

Ele atenta para a necessidade de uma resolução, antes da conferência, do **Marco Civil da Internet**. “É muito importante que ele já esteja aprovado quando nós tivermos a conferência no Brasil, para dizer o seguinte: o Brasil fala e faz assim”.

Outro desafio, acrescenta Virgilio, é a capacidade de o país desenvolver e dominar as **próprias tecnologias**. “O MCTI, em conjunto com os ministérios das Comunicações e da Defesa, tem trabalhado em programas para fomentar o desenvolvimento tecnológico e ampliar nossa capacidade de ciberdefesa e cibersegurança, porque, à medida que se expande a internet, ocorrem crimes, questões ilegais e é preciso que o governo tenha mecanismos de defesa”.

Fonte: MCTI